

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.372.323 - RS (2018/0253007-1)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
AGRAVANTE : FELISBINA SOUZA DA SILVA
ADVOGADOS : MARCO GERALDO ABRAHÃO SCHORR - RS032025
MARCUS TAVARES MEIRA - RS035573
TELMO RICARDO ABRAHÃO SCHORR - RS032158
ARIANE SCHORR PASCHOAL E OUTRO(S) - RS067800
PABLO RODRIGO SCHACKER MILITÃO - RS086620
AGRAVADO : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR : CLÓVIS SÁ BRITO PINGRET E OUTRO(S) - RS010257

EMENTA

PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. PEDIDO DE PAGAMENTO DE VALORES NÃO INCLUÍDOS NO PRECATÓRIO. MULTA E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS NA FASE DE EXECUÇÃO. PEDIDO DE PAGAMENTO EXTEMPORÂNEO. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 494, I, 924, II, 1.022 DO CPC/15. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Felisbina Souza da Silva contra decisão da Corte de origem que não admitiu recurso especial pelo teor da Súmula 7 do STJ.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão oriundo da Vigésima Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fls. 227-237, e-STJ).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTEGRALIDADE DE PENSÃO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. PEDIDO DE PAGAMENTO DE VALORES NÃO INCLUÍDOS NO PRECATÓRIO. MULTA E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS NA FASE DE EXECUÇÃO. PEDIDO DE PAGAMENTO EXTEMPORÂNEO.

- Expedido o precatório, em 11/02/2014, mostra-se precluso o direito de postular o pagamento de multa fixada há mais de dez anos, bem como de honorários advocatícios, cuja inclusão não foi postada quando da sua expedição. Decisão agravada mantida.

PREQUESTIONAMENTO - O julgador não está obrigado, para fins de prequestionamento, a se manifestar sobre todos os dispositivos legais aventados pelas partes, bastando que a fundamentação seja suficiente para a solução do caso concreto.

RECURSO DESPROVIDO.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 325-332, e-STJ).

O recorrente em suas razões aponta ofensa ao artigo 1.022 do CPC/15. Para tanto, sustenta que o Tribunal *a quo*, mesmo provocado em sede de embargos declaratórios, não decidiu sobre questões importantes que lhe "foram submetidas a julgamento" (fl. 342, e-STJ).

No mérito, indica ofensa dos artigos 494, I, 924, II, do CPC/2015 e 5º, XXXVI, da Constituição Federal, alegando, em síntese, que houve erro material da contadoria

judicial ao não incluir a multa e a verba honorária, fixada em sede de embargos à execução, no cálculo que embasou o precatório, visto que havia determinação nos autos para o cálculo das referidas verbas, devendo ser afastada a preclusão e a prescrição reconhecida pelo juízo singular, sob pena de ofensa à coisa julgada.

Ao final requer o provimento do recurso, a fim de reformar a decisão recorrida e "afastar a preclusão e a prescrição da cobrança da multa fixada face o descumprimento do julgado e dos honorários em sede de embargos à execução" (fl. 360, e-STJ).

Sem contrarrazões (Certidão, fl. 282, e-STJ).

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

É o relatório. Decido.

Na origem, cuida-se de decisão agravada no curso da execução de sentença que reconheceu a preclusão do pedido de pagamento de multa e honorários advocatícios não incluídos no precatório.

O acórdão recorrido manteve a sentença que reconheceu a preclusão e, também, acolheu o pedido do ente público para determinar a prescrição da pretensão executória.

De início, não se conhece da suposta afronta ao art. 1.022 do CPC/15, pois o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Ainda se assim não fosse, a menção genérica à dispositivos de lei, feita de maneira esparsa nas razões do recurso, não supre a necessidade de argumentação adequada à correta caracterização da controvérsia. A ausência de demonstração inequívoca de violação de norma infraconstitucional revela deficiência nas razões recursais apresentadas, o que atrai a aplicação do óbice da Súmula 284/STF.

No mais, quanto à violação dos artigos 494, inciso I, e 924, II, do Código de Processo Civil e 5º, inciso XXXVI, da Constituição da República, o acórdão que julgou os embargos de declaração decidiu a questão aos seguintes fundamentos (fls. 329-330, e-STJ):

[...] A despeito das alegações da embargante, a exclusão das verbas relativas à multa e aos honorários advocatícios do valor incluído no precatório não pode ser considerado um simples erro material. Evidente que a agravante/embargante deveria ter postulado, tempestivamente, a sua inclusão, sob pena de reconhecimento da preclusão. Ademais, cabe ressaltar que em relação à multa fixada há mais de dez anos, houve o reconhecimento também da prescrição.

O acórdão embargado, portanto, analisou a questão colocada em julgamento de forma fundamentada e suficiente, não deixando margem ao enquadramento em nenhuma das hipóteses previstas no artigo de lei supra descrito, desservindo, outrossim, para a rediscussão da matéria já decidida.

Dessa forma, entendeu o Tribunal de origem, ao dirimir a controvérsia, que a exclusão das verbas relativas à multa e aos honorários advocatícios do valor incluído no precatório não pode ser considerado um simples erro material, além de reconhecer a prescrição da multa fixada a mais de dez anos.

Portanto, desconstituir tal conclusão, a qual reconheceu a preclusão do direito, implica necessário reexame de fatos e provas, o que inviabiliza sua análise em sede de especial, em face do óbice anunciado pela Súmula 7/STJ.

A propósito, confira:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. APONTADA VIOLAÇÃO AO ART. 504 DO CPC/73. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 211/STJ E 282/STF. ACÓRDÃO QUE, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS, CONCLUIU PELA OCORRÊNCIA DA PRECLUSÃO DA MATÉRIA IMPUGNADA. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE, NA VIA ELEITA. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão publicada em 08/02/2018, que, por sua vez, julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/73.

II. Na origem, trata-se de Agravo de Instrumento, interposto pelo Banco Santander S/A, impugnando decisão que, em sede de execução contra a Fazenda Pública Municipal, promovida em ação de desapropriação, manteve provimento anterior, que ordenara, ao Banco depositário, o recolhimento dos valores correspondentes aos expurgos inflacionários dos anos de 1989 e 1991. O Tribunal de origem negou provimento ao recurso, concluindo que a matéria discutida no recurso fora alcançada pela preclusão.

III. Não tendo o acórdão hostilizado expendido qualquer juízo de valor sobre o art. 504 do CPC/73, a pretensão recursal esbarra em vício formal intransponível, qual seja, o da ausência de prequestionamento - requisito viabilizador da abertura desta instância especial -, atraindo os óbices das Súmulas 211/STJ e 282/STF, na espécie.

IV. Ademais, **"a verificação da ocorrência da preclusão implica em exame de violação reflexa ou indireta a texto de lei federal, extrapolando a estreita via do recurso especial, bem como demanda, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, o que atrai o óbice previsto na Súmula 7/STJ"** (STJ, AgInt no AREsp 1.124.681/RS, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 07/12/2017). No mesmo sentido: STJ, AgInt no AREsp 1.168.860/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 02/05/2018; AgInt no REsp 1.625.884/MG, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 09/04/2018; REsp 1.701.972/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 19/12/2017.

V. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1215930/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 08/6/2018)

Ante o exposto, **nego provimento** ao agravo em recurso especial. Publique-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator